



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

MEMORANDO -3

Para: Senhora Primeira Ministra

De: Margarida da Gama Santos

Data: 16 de Novembro de 1979

Assunto: "Projectos macro-económicos para 1980. Nota adicional ao Memorando de 15.11.79"

1 - A preparação imediata das propostas para 1980 do:

I - Orçamento Geral do Estado (OGE)

II - Programa de Investimentos do Sector Empresarial do Estado (PISEE)

III - Programa de Investimento e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)

terá sentido em termos de política de desenvolvimento económico articulado, desde que seja precedida pela elaboração de alternativas de "plano"/estratégia/política-económica global/sectorial/regional, isto é, desagregada para o ano de 1980.

Assim será necessário avançar com cenários alternativos de estratégias/políticas sectoriais articuladas e suas implicações sócio-económico-financeiras.

Questões como estas deverão ser respondidas acompanhadas dos respectivos cenários:

1) Que sectores produtivos terão prioridade no esforço de desenvolvimento/investimento:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- 2 -

- Agricultura/Indústria/Turismo ?

2) Como se articula a prioridade a dar a um sector produtivo, com os outros sectores da economia ?

Isto significa que no caso de se dar prioridade à agricultura também poderá ou não implicar dar prioridade a:

- Industrias que são inputs da agricultura tais como adubos, produção de máquinas e ferramentas agrícolas, etc.

- Industrias que utilizam outputs da agricultura tais como alimentares, bebidas, agro-indústriais, etc.

- Actividades que melhorem os canais de distribuição da produção agrícola através de armazenagem e conservação (redes de frio, silos, etc.); comunicações e transportes para escoamento dos produtos para as áreas de consumo, etc.

- Actividades que melhorem o know-how do sector agrícola (tecnologia, educação, extensão rural, etc.)

- Actividades que melhorem o apoio financeiro ao sector: crédito para investimento e campanha, seguros, apoio aos preços, apoio aos rendimentos dos agricultores, etc.

- Irrigação e habitação rural, etc.

3) Como se concretiza a prioridade (opção governamental) a dar a um sector de actividade económica ?

Através de uma política:

- dirigida do centro (centralizada)



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- 3 -

- dirigida pelas regiões (descentralizada)
- ou deixada a forças de mercado em que só se fazem variar os parâmetros de política macro-econômica (taxas de juros, taxas de câmbio, barreiras alfandegárias, imposto/subsídio, etc.) ?

Este esquema é indicativo da necessidade de estudar opções (prioridades) alternativas de desenvolvimento econômico/sectorial e suas implicações na economia, como base para a apresentação das propostas dos programas de investimento do sector público e do Orçamento Geral do Estado.

As orientações de natureza orçamental, financeira, monetária e cambial, são orientações de política macro-econômica que em si próprios não especificam estratégias de desenvolvimento articuladas, necessárias à elaboração de um "plano" ou estratégia ou conjunto de medidas de política econômica/sectorial,

que devem preceder e justificar os programas de investimento do sector público assim como o Orçamento Geral do Estado.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- 4 -

2 - Os pontos (b), (c), (d) e (e) da proposta de resolução (páginas 4 e 5) são medidas de política macro-económica (monetária, financeira, cambial e de rendimentos e preços) que podem ser executadas imediatamente:

Elas, no entanto, merecem os seguintes comentários:

1) Dificil conjugação entre manutenção da taxa de juro e redução da inflação.

Porque a elevação da taxa de juro aumentou e mantém elevados os encargos financeiros das empresas Portuguesas, assim aumentando os preços dos seus produtos (cost-push inflation). Caso das Empresas Públicas. Estudos feitos consideram o aumento dos preços devido ao aumento dos encargos financeiros uma das componentes mais importantes da inflação Portuguesa.

Necessidade de reduzir a taxa de juro (taxa de desconto do Banco de Portugal) independentemente da intensificação e alargamento selectivo da concessão de juro bonificado na base de dois argumentos:

- Redução da taxa de inflação
- Incentivar o investimento.

2) A concessão de bonificações à taxa de juro numa base selectiva, isto é, o financiamento de investimentos considerados prioritários é defensável embora possa ser sujeito a distorções. Estas tem origem no seguinte:

- A dificuldade de definição de projectos de investimento prioritários. Muitas vezes são as transnacionais que beneficiam dessas bonificações, porque não existem alternati-



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- 5 -

vas de investimento nacionais, porque utilizam influências pessoais dentro do País, porque detem o know-how na apresentação de projectos de investimento bem formulados, etc.

- Dificuldade de montar uma máquina administrativa mais sofisticada para apreciação de cada investimento.
- Desvios derivados de factores extra económicos como influências pessoais, etc. (caso dos créditos para agricultura que foram aplicados na construção de habitação no princípio dos anos 70.

- 3) A redução da taxa de inflação em Portugal obriga a investir em sectores como a agricultura (consumo alimentar Português apresenta alta componente de importação, cerca de 50%, e que está sujeita a continuo aumento em valor devido à desvalorização do Escudo). A inflação Portuguesa é de cariz predominantemente estrutural, característica de País em vias de desenvolvimento sem estratégia económica articulada e equilibrada. A aplicação de medidas monetaristas para corrigir a inflação, atrofia o crescimento económico (poderá melhorar os sintomas no curto prazo mas não cura a doença), como se demonstrou recentemente com a aplicação do programa de "estabilização" a Portugal.
- 4) A desaceleração da desvalorização do Escudo necessita apoio para conter o agravamento do deficit com o exterior não só em volume como na sua estrutura.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- 6 -

Evitar o aumento das importações de bens de consumo desnecessários (acção a ser cuidadosamente conjugada com a expansão do consumo privado). Canalização das importações para bens de capital destinados a investimentos.

Sugere-se a adopção de barreiras alfandegárias à importação numa base selectiva (de produtos), através de instrumentos como taxas de cambio multiplas (oneradas para bens superfluos e subsidiadas para bens prioritários), tarifas, quotas, etc..

Tratamento especial a dar aos depósitos dos imigrantes mantendo taxas de juros elevadas (taxa de juro vigente), de forma a não desincentivar as suas remessas.

Um argumento contra a redução da taxa de juro vigente internamente, é que irá diminuir as remessas dos imigrantes. Mantendo essa taxa de juro para os seus depósitos reforça-se a medida já sugerida de tratamento especial às remessas dos imigrantes, sem prejuizo de reduzir a taxa de juro internamente.